



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



LEI MUNICIPAL Nº. 750/2013.

SÚMULA: "DISPOE SOBRE A FEIRA LIVRE MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º. A Feira Livre Municipal destina-se à venda, de produtos produzidos pelos pequenos produtores do Município de Paranaíta/MT.

Parágrafo único - A Feira Livre de que trata o artigo 1º destina-se à venda, exclusivamente a varejo de flores, plantas ornamentais, frutas, legumes, verduras, aves, gêneros alimentícios, ovos, pescados frescos, mel, produtos da lavoura e seus subprodutos, produtos da agroindústria artesanal e artesanato.

Art. 2º. Compete a Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Aqüicultura realizar o devido cadastramento dos produtores, mantendo o controle e os dados atualizados mensalmente.

§1º. Constituem documentos comprobatórios:

I - A declaração de produtor, fornecida pelo órgão competente ou atestado de produtor fornecido pela Secretaria Municipal da Agricultura, Pecuária e Aqüicultura.

II - O atestado de produtor emitido pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aqüicultura com validade de 12 (doze) meses, podendo sua renovação ser solicitada ao órgão de competência com 30 (trinta) dias de antecedência, a contar da data de seu vencimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Art. 3º. A matrícula do feirante será feita mediante a apresentação dos seguintes documentos:

§ 1º – Categoria Produtor Rural:

I - Atestado de produtor rural fornecido pela Secretaria de Agricultura Municipal;

§ 2º – Para as demais categorias:

I - as matrículas dos feirantes serão formalizadas em carteira fornecida pela Prefeitura Municipal, cujo documento o feirante é obrigado a trazer consigo.

Art. 4º. A matrícula será concedida a título precário, podendo, a qualquer tempo e desde que haja motivo justo, ser cancelada pela Prefeitura Municipal.

Art. 5º. Cada feirante não poderá ter mais de uma matrícula.

Art. 6º. Os feirantes já portadores de matrícula deverão renová-la num prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a partir da data de publicação da presente Lei, observando-se o que dispõem os artigos 23 e 25.

Art. 7º. A feira livre municipal funcionará nos locais e horários a serem estabelecidos pelo Executivo mediante decreto Municipal.

§1º - No caso de funcionamento em outro local, fica o Executivo Municipal autorizado a fixar através de Decreto Municipal a localização, o dia e o horário definido preferencialmente em parceria com os produtores.

§ 2º. Nos dias de funcionamento das feiras, fica vedada a comercialização de produtos em qualquer ponto da cidade, ressalvado, todavia, o caso de comerciante estabelecido.

Art. 8º. Ficam estabelecidas as seguintes categorias de feirantes:

- I - Categoria “A” – Produtor Rural;
- II - Categoria “B” – Vendedor de Pescados;
- III - Categoria “C” – Vendedor de Produtos Hortifrutigranjeiros sem similar no Município;
- IV - Categoria “D” – Artesão;
- V - Categoria “E” – Vendedor de Gêneros Alimentícios;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



VI - Permite-se a atuação, mediante autorização, no recinto da feira, de comerciantes caracterizados como ambulantes, artesãos, vendedores de pescados e de produtos hortifrutigranjeiros sem produção similar no município.

VII - Produtos vindos de outras áreas somente poderão ser comercializados nas feiras, se não houver produção similar no município, mediante pagamento de taxa especial e após receberem aprovação de pessoa designada pela Prefeitura Municipal, para verificar o bom estado do produto.

VIII - Fica terminantemente proibida aos feirantes a venda de bovinos vivos ou abatidos e bebidas alcoólicas.

Art. 9º - Fica fixado em 60% (sessenta por cento) o número de barracas para utilização na categoria produtor rural, 20% (vinte por cento) para vendedores de gêneros alimentícios e 20% (vinte por cento) para artesões e vendedores de pescados.

Art. 10. O feirante fica obrigado a colocar plaquetas com preços explícitos e visíveis nas mercadorias a serem vendidas.

Art. 11. As mercadorias adquiridas nas feiras não poderão ser revendidas no seu recinto, tampouco depositadas nas vias públicas.

Art. 12. Depois de descarregados, os veículos e animais deverão ser imediatamente retirados para outro local, a fim de se evitarem acidentes ou prejudicar o trânsito no recinto da feira.

Art. 13. Fica de responsabilidade dos feirantes manterem a higiene, a limpeza e a retirada de sobras de produtos das respectivas barracas.

Art. 14. Não é permitida a permanência ou o trânsito de veículos ou animais no recinto da feira durante o horário de seu funcionamento, cabendo ao fiscal da Prefeitura tomar as medidas que julgar cabíveis para a retirada deles.

Art. 15. Ficará sob a responsabilidade exclusiva dos feirantes a instalação de suas barracas na feira municipal.

§ 1º. Para as instalações das barracas, na feira municipal, deverão os feirantes obedecer aos seguintes critérios:

I - Espaço mínimo de 1,5 (um e meio) metro da outra, a fim de permitir a passagem de público;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



II - As barracas deverão ser dispostas em alinhamento, de modo a ficar uma via de trânsito no centro, e terão sua frente voltada para esta via;

III - A distribuição das barracas será feita obedecendo sistematicamente à ordem numérica de inscrição, ressalvadas as barracas para venda de pescados que deverão ser instaladas em grupo ou grupos;

IV - As barracas obedecerão a um tipo padrão, devendo ser desmontáveis;

V - O feirante é obrigado a conservar a sua barraca em perfeito estado de conservação e higiene.

Art. 16. Para uso dos espaços físicos destinados a instalação das barracas na feira livre deste Município, não será cobrada taxas de qualquer natureza pelo órgão da administração em relação aos feirantes.

Art. 17. Fica proibido o uso, para qualquer fim, das árvores existentes nas vias públicas onde se localizarem as feiras, salvo o estabelecimento de barracas debaixo delas, a critério da Prefeitura Municipal.

Art. 18. Fica, inicialmente, fixado em 30 (trinta) o número de barracas da Feira Livre do Produtor Rural, podendo, entretanto, ser ampliado ou diminuído através de ato do Poder Executivo.

Art. 19. Terá como disciplina interna da feira:

§ 1º – a manutenção da ordem e do asseio.

§ 2º – o equilíbrio no seu provisionamento, obedecendo a uma regularidade.

§ 3º – a proteção aos feirantes e consumidores contra as manobras prejudiciais aos seus interesses.

Art. 20. A matrícula será cassada, quando constatada a prática das seguintes infrações:

I - venda de mercadorias deterioradas;

II - cobrança superior aos valores fixados nas plaquetas;

III - fraude nos preços, medidas ou balanças;



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



Gestão 2013 - 2016

IV - comportamento que atente contra a integridade física ou moral;

V - permissão de atividades por pessoas não credenciadas;

VI - transgressão de natureza grave das disposições constantes desta Lei.

Art. 21. A manutenção da ordem e da disciplina, bem como a segurança no expediente da feira, estará a cargo da Polícia Militar, a qual deverá ser solicitada pelo Chefe do Executivo Municipal.

Art. 22. O quilograma será a medida preferencial adotada na feira, ficando a cargo da Prefeitura Municipal a aferição de pesos e medidas, quando julgar necessária.

Art. 23. Durante todo o horário da feira um fiscal da Prefeitura Municipal, a fim de observar e fazer observar as disposições da presente Lei poderá se fazer presente.

Parágrafo único. Ao fiscal caberá manter rigorosa fiscalização no que se refere à higiene, examinar os produtos expostos à venda, mandando retirar os que julgarem impróprios ao consumo, sem prejuízo de outras sanções previstas em Lei, ficando, ainda, responsável pela elaboração do relatório das ocorrências verificadas no recinto da feira, o que será feito em livro próprio, que ficará sob a guarda da Prefeitura Municipal.

Artigo 24 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se em especial a Lei Municipal nº 664/2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT

Em, 06 de novembro de 2013.

ANTONIO DOMINGO RUFATTO

Prefeito Municipal